



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638408 - SP (2021/0000748-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ANDRE BERGAMIN DE MOURA
ADVOGADO : ANDRE BERGAMIN DE MOURA - SP348790
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO FERNANDO GOMES TURATTI JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO FERNANDO GOMES TURATTI JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2210849-18.2020.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por suposta prática de tráfico de entorpecente, por ter sido apanhado, no dia 15 de agosto de 2020, com 8 pés de maconha, pesando 269,85g, 1 porção da mesma droga com 42,86g e 1 tablete dessa substância com peso de 530,56g.

O impetrante sustenta que o decreto da preventiva não se funda em elementos concretos dos autos, aptos a denotar que o paciente solto será um perigo para a ordem pública, ainda mais porque é primário e de bons antecedentes. Salienta que há violação do princípio da presunção de inocência e que tem o paciente direito a outras medidas cautelares menos aflitivas.

Requer, liminarmente, seja o paciente colocado em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente prova da alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, sendo necessária a apresentação de elementos que propiciem uma visão mais ampla do contexto da prisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente